

O SOCIALISMO EM MOVIMENTO (PARA FRENTE OU PARA TRÁS) DA REVISTA *MOVIMENTO SOCIALISTA*

Lineker Noberto¹

Resumo: As folhas do calendário começavam a se preparar para as boas vindas da década de 1960 quando surge em julho de 1959 a revista marxista *Movimento Socialista*, que responsável pela abertura de novas veredas à compreensão teórica da vida nacional e a perspectiva revolucionária do marxismo brasileiro, gestou em seu seio as linhas mestras de uma nova experiência organizativa extremamente frutífera ao movimento comunista do Brasil. Cabe a este artigo apresentar essa experiência histórica ainda desconhecida, por meio de uma ampla, e ainda não realizada, análise do conteúdo vinculado por esta curta publicação de duas edições (jul/59 e dez/59).

Palavras-Chave: marxismo; revista movimento socialista; comunismo brasileiro.

THE SOCIALISM IN MOVEMENT (ADVANCEDS AND THROWBACKS) FROM THE *SOCIALIST MOVEMENT REVIEW*

Abstract: The calendar sheets were beginning to prepare for the welcome of the 1960s when the Marxist magazine Socialist Movement appeared in July 1959, which was responsible for opening new paths to the theoretical understanding of national life and the revolutionary perspective of Brazilian Marxism. In its heart the main lines of a new organizational experience extremely fruitful to the communist movement of Brazil. It is up to this article to present this still unknown historical experience, through a broad, and still unrealized, analysis of the content bound by this short publication of two editions (Jul/59 and Dec/59).

Keywords: marxism; socialist movement review; brazilian communism.

* Este artigo é produto do desenvolvimento de uma pesquisa sobre a Polop, neste momento, sob os auspícios do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

¹ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor substituto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus IV – Jacobina BA, e membro pesquisador do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais da Universidade Estadual de Feira de Santana (LABELU/UEFS).

Introdução

A década de 1950 caminhava para o fim – trazendo consigo o ocaso do governo Juscelino Kubitschek, que em seu quinquênio de êxitos econômicos havia levado a euforia parte considerável das bases políticas do projeto nacional-desenvolvimentista –, quando a partir do sétimo mês do seu derradeiro ano começava a aparecer em algumas bancas de jornais e livrarias uma inovadora publicação marxista. Intitulada *Movimento Socialista*, a revista era o resultado da confluência de um grupo de intelectuais marxistas, anti-stalinistas e críticos ao movimento trotskista internacional, que se organizaram dentro da seção fluminense do Partido Socialista Brasileiro (PSB) em fins daquela década. O grupo, ora identificado como *Esquerda Socialista* – devido o contraste de suas posições revolucionárias dentro de um partido assumidamente reformista –, ora *Juventude Socialista* – denotando à presença acentuada de jovens em sua composição – contava com as presenças marcantes de Eric Sachs e Moniz Bandeira.

Intelectuais que mantinham uma posição incomum no campo do marxismo brasileiro daqueles anos que, dominado pela dualidade estalinista-trotskista, impunha o isolamento organizativo a qualquer marxista não pertencente a tais tradições, Eric Sachs e Moniz Bandeira, apesar de militantes com pretensões revolucionárias, encontravam-se filiados a um partido socialista não-marxista, alimentando a aspiração de ver crescer uma organização marxista revolucionária em solo brasileiro. Ambos seriam figuras chaves para construção de tal partido, sendo que o empreendimento intelectual que é o objeto deste artigo seria de fundamental importância para tal iniciativa.

As razões e missões para um *Movimento Socialista*...

Para efeitos legais, a redação da revista tinha como sede o endereço da Editora Germinal – na avenida 13 de Maio, sala 922, esquina com a rua almirante Barroso, no centro do Rio de Janeiro –, pertencente a um amigo de Moniz Bandeira, “o anarquista português, Roberto das Neves (1907-1981), que fugira para o Brasil em 1940, perseguido pela ditadura de Antônio de Oliveira Salazar” (BANDEIRA, 2017: 19). Bandeira assumiu a

direção da revista com o nome de Luiz Alberto Dias Lima², enquanto Sachs tornou-se um dos seus principais colaboradores, publicando artigos sob os seus pseudônimos de Ernesto Martins e Eurico Mendes³. A revista ainda contaria com a cooperação de Paul Singer e Ruy Mauro Marini⁴, intelectuais de futura reconhecida contribuição para o debate econômico brasileiro.

A revista *Movimento Socialista* chegava as bancas com o objetivo de “divulgar, debater e propagar a doutrina e os princípios do materialismo histórico e do socialismo científico”. Tal objetivo estava vinculado a sua compreensão de que a perspectiva revolucionária do marxismo era a verdadeira ideologia de classe do proletariado, o que levava a revista a tentar realizar “algo essencial e vital que está faltando ao proletariado brasileiro: um órgão que desenvolva e aprimore sua consciência de classe” (Editorial, 1959a: 1).

Estamos profundamente convencidos de que a classe operária, para não fracassar na luta para seus objetivos específicos, para não ser arrastada a reboque como simples massa de manobra e não servir de pedestal para os triunfos e êxitos da burguesia, para não se perder na mesquinhez e estreiteza de uns pobres e limitados objetivos imediatistas e não ser obrigada a contentar-se com as migalhas e concessões do poderio crescente da burguesia nacional – enfim para que a classe operária possa desempenhar o papel que lhe cabe, tanto nacional como internacionalmente, ela não pode continuar privada de sua própria ideologia de classe: o marxismo. (Editorial, 1959a: 1).

Eis então a sua missão, desenvolver e aprimorar a consciência de classe do proletariado, essencial para sua constituição política de classe independente e revolucionária. Segundo seus formuladores, as razões para tal audaciosa missão residiam

² Como o próprio lembra em entrevista a pesquisadora Joelma Oliveira, seu nome completo é Luiz Alberto Dias Lima de Vianna Moniz Bandeira. Assinando comumente seus livros como Moniz Bandeira, desta vez preferiu assumir a direção da revista com seus primeiros nome e sobrenomes in: OLIVEIRA, 2009: 48.

³ Eric Sachs nascera Erich Czaczkes, em 1922, em Viena. Filho de um ex-militante da Social-Democracia austríaca, fugira com a mãe da perseguição nazi-fascista europeia para o Brasil em 1939, onde naturalizou-se em 1955, assumindo então a identidade de Eric (ou Érico) Sachs, devido a adequação da pronúncia dos brasileiros ao seu nome original. Os perigos de sua militância comunista, aliada à sua condição de estrangeiro, o levaram a assumir alguns pseudônimos em sua intervenção política pública, sendo Ernesto Martins e Eurico Mendes, os mais comuns.

⁴ Como indicam as memórias de Ruy Mauro Marini: “Isso me levaria, ainda na França, a tomar contacto com o grupo que editava, no Brasil, a revista *Movimento Socialista*, órgão da juventude do Partido Socialista (que publicou um artigo meu, em que ajustava contas com o nacional-desenvolvimentismo)”. Memória: por Ruy Mauro Marini, em agosto de 1990 in: TRASPADINI, 2005: 63. Segundo informação de Mathias Luce seus textos foram publicados sob o pseudônimo de “Agripino Soares Thomás”. In: LUCE, 2011: 56.

no restrito cenário da luta comunista no Brasil que naquele momento opunha stalinistas dogmáticos a renovadores revisionistas, que finalmente passavam a engrossar as parcas fileiras das forças anti-stalinistas no país, mas, ainda inspirados nas atitudes equivocadas do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Explicando a necessidade para uma nova publicação marxista no país, a revista defendia que a renovação dentro do Partido Comunista era ainda muito tímida e que no “capítulo do stalinismo, as águas não [estavam] ainda suficientemente divididas”, pois a “chamada ‘renovação’, que tão bem soube desincumbir-se da ruptura inicial, não [havia tido] fôlego para completar o trabalho e abrir novas perspectivas”. O que ficou evidente em outra batalha a ser travada, agora, entre os renovadores. Debates em torno da criação de uma revista com tal espírito de renovação constituíram duas propostas antagônicas, e seus respectivos defensores foram imediatamente identificados como “amplos” e “estreitos”. Segundo os idealizadores da *Movimento Socialista*, a corrente que propugnava a posição “ampla” defendia a tese de que a revista se abrisse “a todas as correntes avançadas, inclusive os marxistas, mas sem dar um caráter marxista ao futuro órgão”, enquanto a outra tendência “erroneamente qualificada de ‘estreita’, lutava pela fundação de uma revista marxista”. O que tornou a separação inevitável, mas, “útil e necessária” (Editorial: As razões e a missão do “Movimento Socialista”: 2).

A posição dos animadores da *Movimento Socialista* neste debate foi de recusa à proposta “ampla⁵” e a certeza de que a revista teria que se definir como marxista, sem assumir, necessariamente, uma posição sectária, como acusavam seus antagonistas, não compreendendo assim, que o comprometimento com o marxismo desse a esta posição uma definição “estreita”. Pelo contrário, em sua defesa, a posição era “ampla”, pois não se definia por uma visão homogênea do marxismo, estando aberta a um largo debate envolvendo múltiplas visões e polêmicas, sem, contudo, se livrar do caráter crítico de uma própria revista marxista. Pois, sua estreiteza encontrava-se na “decisão de manter, vigilante e rigorosamente, as posições de classe do proletariado no seio do movimento anti-imperialista comum” e na convicção da necessidade de, diante do fracasso do PCB, “levar às massas, em geral, e à classe operária, em particular, as idéias, as teses e os princípios do

⁵ “Rejeitamos essa ‘amplitude’ como adesão pura e simples. Para aderir não precisamos do marxismo para nada e a burguesia, de sua parte, não precisa de nós que ela já tem e forma seus próprios ideólogos”. (Editorial, 1959a: 2).

marxismo”. Assumia, assim, a “disposição de reivindicar à luz do dia os direitos legítimos da existência aberta e franca de uma corrente de pensamento representativa do materialismo dialético em nosso país” (Editorial, 1959a: 2).

De acordo com Leovegildo Leal toda esta contenda “se referia a discussões que vinham sendo travados no interior do PSB a respeito das divergências entre ‘amplos’ e ‘estreitos’” (LEAL, 1992: 109). Contudo, tal discussão aludia também aos debates surgidos após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1956, que levou à necessidade de renovação dos Partidos Comunistas espalhados pelo mundo (Cf. SANTOS, 1988). No Brasil, esta renovação, posta porta afora pelo PCB, constituiu uma importante publicação no campo do marxismo brasileiro, a revista *Novos Tempos*, que contou com seis números e a divulgação de múltiplos pontos de vista sobre os problemas impostos ao movimento comunista após a morte de Stálin. A revista, que deixou de existir em 1958, apesar de hegemonizada por uma autointitulada “corrente renovadora” que abraçou os interesses do movimento nacionalista burguês, chegou a publicar artigos de Sachs e Bandeira, e até mesmo a perspectiva dos trotskistas brasileiros, ampliando o debate marxista fora das hostes pecebistas, e figurando-se assim como uma importante iniciativa para expansão de um espaço novo no campo do marxismo no país. Sendo que seu fencimento – motivada pelos interesses majoritários de seu grupo fundador de engajar-se por completo a um crescente e amplo, e cada vez mais genérico, movimento nacionalista –, são indícios da opção e tipo de amplitude defendida por muitos dos militantes comunistas que começavam a se desvencilhar do stalinismo, e recusada pelos criadores da *Movimento Socialista*.

Sabendo que esta posição os deixavam entre o fogo cruzado de duas correntes hostis, “a do dogma e a da revisão”, a *Movimento Socialista* apresentava-se como iniciativa para aproximação, intercâmbio e entendimento com “os adeptos do materialismo dialético”, depositando nesta iniciativa as esperanças de seu êxito. Longe do dogmatismo e do revisionismo, criticavam os comunistas, em suas perspectivas stalinistas, mas não o comunismo, enquanto força política do marxismo (Editorial, 1959a: 4).

Particularmente agora, a defesa do marxismo exige “Limpar as estrebarias de Águas”. Não nos deteremos ante o terrorismo ideológico da calúnia organizada e erigida em método político. Não vacilaremos em

desmascarar as traições ao proletariado e à sua teoria revolucionária. Nossa crítica é uma crítica de esquerda, do ângulo marxista do ponto de vista dos interesses permanentes da classe operária. Assim, fique bem claro que a nossa denúncia de reboquismo, de adesão às posições burguesas em que se esmeram certos “comunistas” jamais será feita para desmoralizar e negar os direitos de existência ao comunismo. Combatemos sem tréguas o que nos parece errado e funesto no que dizem e fazem (e cada um é o que faz, é medido pelas suas ações) e não pelo que dizem que são e pretendem ser. Nossa crítica à burocracia soviética, que já se revelou tão cruel e homicida, é dirigida por burocracia e não porque seja soviética (Editorial, 1959a: 4).

Os autores da revista compreendiam a proposta do PCB de aliança com a burguesia nacional, que poderia tomar forma em uma frente anti-imperialista sem definição socialista, como a defesa de uma colaboração de classes geralmente identificada no léxico marxista como “colaboracionismo”. Viam nesta proposta de aliança em termos de adesão ao movimento nacionalista e ao projeto nacional-desenvolvimentista a definição concreta do “reboquismo”, já que na prática significaria a aceitação da tutela ideológica da burguesia sobre o proletariado, fazendo do “movimento operário um mero apêndice dos patrões”. Como tal tática estava acomodada a uma estratégia de revolução etapista, que abandonava a revolução socialista como objetivo imediato, entregando “o movimento independente do proletariado [...] sempre para as calendas gregas”, o que significava a substituição da prática e perspectiva revolucionária por interesses imediatistas de reforma social, não havia saídas de definição para a proposta do PCB que não “reformismo” (MENDES, 1959b: 29). E como a renúncia à luta imediata de caráter socialista abria as portas a todo tipo de atitude política possível, esta tática ganhava contornos de manifesto “oportunismo”, evidentes quando, por exemplo, o PCB aproveitava-se de sua representação política perante o proletariado para fazê-la pagar a conta do atual desenvolvimento capitalista, supostamente indispensável para a construção das condições essenciais de uma futura revolução socialista, prejudicando a sua conscientização anticapitalista necessária para a sua independência política.

Desta forma, criticando o nacionalismo em seus vários matizes, a revista denunciava o caráter “reformista”, “colaboracionista”, “reboquista” e “oportunista” da estratégia revolucionária defendida pelo PCB e o seu “marxismo prestista”. Defendendo que o principal partido marxista brasileiro havia falhado grosseiramente em suas intenções vanguardistas, a *Movimento Socialista* assumia uma posição crítica à tradição pecebista e

ao “oportunista Luís Carlos Prestes”, asseverando, em tons hiper-críticos, que: “Como degradação do movimento operário, como enxovalhamento do marxismo, dificilmente se encontrará algo mais gritante e revoltante do que a adesão e a prática dessa política pelo grupelho prestista” (Revista Movimento Socialista, 1959a: 9).

Dentro dessa linha, frente ao “colaboracionismo” defendia a aplicação imediata de uma política classista. Em oposição ao “reboquismo” defendia a construção de uma política independente. Em contraposição ao “reformismo” propugnava a retomada de uma concreta política revolucionária imediatamente socialista. E opondo-se ao “oportunismo”, apresentava a defesa única e exclusiva dos objetivos mais longínquos e imediatos do trabalhador.

Assim, em oposição a toda a tradição stalinista no Brasil (leia-se o pecebismo), mas sem aderir ao trotskismo, a revista buscava cavar um lugar ainda pouco explorado no campo do marxismo brasileiro, até então amplamente dominado por estas duas correntes político-organizatórias. Neste sentido, não se pode desprezar a originalidade dos textos de Ruy Mauro Marini e Paul Singer que realizavam uma análise substancial sobre as condições do desenvolvimento brasileiro, avaliando suas saídas, potencialidades e limites econômicos. Da mesma forma, os textos de Eric Sachs, sempre ricos em conteúdo histórico sobre a teoria marxista e a política internacional, demonstravam seu vasto conhecimento sobre os clássicos do marxismo, incomum para o Brasil da época. Enquanto as intervenções menos originais de “Luiz Vidal”⁶ tratavam dos dilemas da revolução socialista brasileira envolta aos ardis do movimento nacionalista, sob bases conceituais já conhecidas, mas ainda pouco exploradas a época.

Apesar da clareza de sua identidade ideológica definida pela sua opção pelo marxismo, os seus formuladores faziam questão de salientar que a revista não era “obra de um grupo homogêneo”, não sendo “pequenas as diferenças e controvérsias no seio de seu

⁶ Tudo indica tratar-se de um pseudônimo, como a de outros colaboradores da revista. Seu autor, contudo, é nosso desconhecido, tendo a pesquisa chegado a pouco resultado sobre esse assunto. Percebe-se de imediato pelo texto que o autor em questão apresenta ideias idênticas a da Liga Socialista Independente (LSI), uma minúscula e original organização luxemburguista surgida no Brasil em 1956, que também daria suas contribuições à expansão deste novo espaço dentro do campo marxista brasileiro. Como, aparentemente, apenas os ex-militantes da LSI, Moniz Bandeira e Paul Singer, contribuíram para a revista, os primeiros indícios tendem a apontar para a autoria de Luiz Alberto Dias Lima de Vianna Moniz Bandeira, editor da revista. Contudo, Bandeira deixou inúmeros depoimentos esclarecedores sobre algumas autorias de textos publicados sob pseudônimo, não tendo feito, porém, qualquer menção a possível autoria sobre os artigos em questão.

grupo fundador”. Apontamentos fundamentais para sustentação da noção de “amplitude” que a revista erigiu sobre si própria na polêmica supracitada entre os “amplos” e “estreitos” (Editorial, 1959a: 3). Contudo, uma análise um pouco mais criteriosa sobre os textos divulgados pela revista é suficiente para percebermos que, diferente de outras publicações marxistas como a própria *Novos Tempos*, ela apresentava uma coesão muito próxima da homogeneidade. O que, se permite aferir algum “estreitismo”, denota uma unidade teórico-política fundamental para a gestação do núcleo de uma organização política revolucionária, resultado almejado pela realização de sua missão e motivo de existir.

A revista não se dirigia a um público muito vasto, mas àqueles setores que podiam fornecer militantes para o rompimento com o nacional-reformismo do stalinismo pecebista. E desta forma, buscando tornar-se palco para o encontro de tais forças que se apresentavam como alternativa organizativa a dualidade reinante do stalinismo e trotskismo no campo marxista do país, a revista procurava ampliar a sua audiência e possibilidades de contribuições negando filiação e comprometimento em responder a “orientação de qualquer organização ou grupo existente no Brasil”, ratificando sua independência frente a quaisquer “grupos, partidos ou correntes existentes no estrangeiro”. Contudo, apesar de afirmar, existir “para debater e propagar idéias e não como porta-vozes de ninguém, pessoa ou organização” (Editorial, 1959a: 3), não se pode negar a vinculação orgânica da revista, que era na verdade produto da militância de intelectuais marxistas àquela altura filiados ao PSB, conhecidos como *Esquerda ou Juventude Socialista*.

...que põe o socialismo em movimento...

A *Movimento Socialista* observava que tanto as condições de política nacional quanto internacional apresentavam obstáculos ao pleno desenvolvimento do socialismo brasileiro: no primeiro âmbito, as forças políticas de potencialidades revolucionárias continuavam intoxicadas pelas “tendências estadonovistas” preservadas pela redemocratização pós-guerra, como o projeto nacional-desenvolvimentista burguês liderado pelo varguismo; enquanto no segundo, era a “bolchevização” que envenenava as forças comunistas, que por meio da degeneração stalinista e infertilidade trotskista, inibia sua análise criativa e estreitava seu horizonte revolucionário. Sendo que ambas tendências

confluíam, ao fim, para a expurgação do socialismo em prol de uma miríade de reformismos.

1. As tendências estadonovistas na política nacional, e stalinistas da política internacional

Ao abordar no editorial de sua segunda (e última) edição as “Tendências Estadonovistas na Política Nacional”, a revista – partindo da premissa de que “todo o aparelho intervencionista, opressivo e ditatorial, estadonovista, do cerrado controle do Ministério do Trabalho e a legislação social elaborada durante o período de ditadura aberta foram mantidas e aperfeiçoadas” –, defendia que o projeto autoritário do nacionalismo burguês constituído pelo varguismo no Estado Novo ainda conservava a hegemonia no curto período democrático que o país experimentava, cultivando defensores, inclusive, entre os comunistas (Editorial, 1959b: 2).

Sendo que, conservando a mesma legislação trabalhista e tutela estatal sobre os sindicatos, e o mesmo projeto de desenvolvimento capitalista e crescimento do poder político da burguesia nacional, a classe dominante brasileira optara com o tempo, devido as novas condições políticas, a privilegiar à ofensiva ideológica do desenvolvimentismo invés da coerção jurídico-policial. E assim sendo, ao passar dos anos, a coerção da lei e do arbítrio ditatorial vinham concedendo espaço para a força do domínio ideológico, perceptível no arrefecimento do pensamento socialista, que começava a deixar de lado sua ideologia anticapitalista em substituição ao nacionalismo burguês, que àquela altura contava com o auspicioso auxílio da capacidade intelectual de entidades públicas e privadas como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que entre outras coisas, contribuía para difusão da ideologia burguesa do nacionalismo entre a audiência mais organizada e combativa politicamente da classe trabalhadora⁷.

Detentor de uma boa erudição histórica e capacidade analítica, Eric Sachs escreveu durante anos para grande imprensa brasileira sobre política internacional (Cf. STOTZ, 2016). Em uma de suas intervenções na *Movimento Socialista*, demonstrando considerável

⁷ Como lembra Benevides, entidades como o ISEB, mesmo que não tenham “patrocinado integralmente a ideologia desenvolvimentista, nunca [deixaram] de dar ampla cobertura ao desenvolvimento capitalista como ‘única alternativa viável’ à superação do subdesenvolvimento brasileiro” (BENEVIDES: 242).

domínio da história do movimento comunista, Sachs (sob o pseudônimo de “Ernesto Martins”), apresentou severa crítica a prática de “bolchevização” imposta pelo stalinismo aos partidos comunistas espalhados pelo mundo, buscando apontar os horizontes teórico-políticos possíveis para constituição de uma alternativa organizativa exequível.

Ao abordar as “Tendências da Política Internacional”, Sachs apresentou os ardis impostos pela guerra fria ao movimento comunista, que organizada sob a condição bipolar, fazia do “antagonismo entre os dois sistemas mundiais [...] o fator dominante da atual política internacional, ao qual todas as demais contradições estão sendo subordinadas”, impondo assim, profundos riscos ao movimento anticapitalista, tanto pelo avanço do anti-comunismo em resposta defensiva à presença pujante do bloco socialista, quanto pela massacrante autoridade stalinista diante das vanguardas revolucionárias espalhadas pelo mundo que obstaculizavam as suas perspectivas e inibiam as suas ações revolucionárias (MARTINS, 1959: 50).

Desta forma, ao tratar das relações internacionais estabelecidas pela bipolaridade da nova ordem mundial pós-guerra, Sachs, resumindo o processo histórico que permitiu a stalinização do bloco socialista, criticava o exercício da posição dominante da URSS, que se apresentando como o “escudo” que garantia a sua existência, buscou estabelecer um controle sobre os seus países.

No Bloco Soviético, o stalinismo teve duas características principais. Em primeiro lugar, os padrões russos, econômicos e políticos foram transplantados para os demais países, com um completo menosprezo pelas particularidades nacionais e pelas tradições históricas das diversas classes operárias. Em segundo lugar, a União Soviética aproveitou-se de sua situação de potência maior do Bloco para exercer um domínio econômico e político sobre os países dependentes. Essa situação, não demorou, a eclodir em uma série de revoltas contra o stalinismo, começadas com a Jugoslávia em 1948, a Alemanha Oriental em 1953 e atingindo o auge em 1956, na Hungria, chegando mesmo, a ameaçar de desintegração o campo socialista (MARTINS, 1959: 52).

Ou seja, o legado stalinista apresentava ao comunismo internacional duas terríveis contribuições: um modelo teórico universal de análise social e estratégia revolucionária autossuficiente; e um autoritarismo insensível as particularidades das realidades locais, responsável pela ameaça de desintegração do mundo comunista já existente e almejado. Assim sendo, Sachs concluía que a burocratização que comandou a degeneração da URSS

prejudicara o ímpeto e poder criativo do marxismo revolucionário, mas que após o XX Congresso do PCUS portas haviam sido arrebentadas e janelas escancaradas para novas discussões e novas sínteses no mundo inteiro. Seguramente, ainda se travava a luta necessária “para superar as conseqüências de uma fase em que se transportava mecanicamente as particularidades do movimento revolucionário russo para o Ocidente, para países com condições e tradições diferentes”. Contudo, já se podia afirmar que a tentativa “de ver a revolução no Ocidente sob o ‘óculos russo’, de ‘bolchevizar’ o proletariado mundial, contra a qual Lênin já advertira, fracassou definitivamente, seja em sua variante stalinista ou trotskista” (MARTINS, 1959: 60). Um capítulo pouco produtivo da história do movimento revolucionário começava a ficar para trás, e devido ao preço já pago, Sachs não se furtava de apresentar seu severo julgamento sobre este capítulo a ser liquidado,

O “movimento revolucionário”, que substituiu a força criadora do método marxista pela imitação de padrões russos e a análise materialista e dialética pela mera vontade subjetiva, levou à derrota da parte mais avançada da classe operária e a um gigantesco desgaste de quadros humanos. Levado às últimas conseqüências, o fenômeno causou a stalinização da Internacional que, antes da sua dissolução, já se tornara mero apêndice da política externa soviética. Os trotskistas, por sua vez, reuniram os restos do seu movimento em uma Internacional fictícia, que procura imitar estrutura e vocabulário do finado Komintern e analisar a realidade da luta de classes sobre o prisma das lutas de facções do antigo P.C. soviético (MARTINS, 1959: 60).

Assim sendo, era necessário operar uma mudança de rumo na luta comunista, distinta, tanto daquela assumida pelo PCB, que continuava insistindo em sua perspectiva etapista alimentadora da estratégia revolucionária nacional-democrática, quanto da proposta dos seus críticos da internacional trotskista, reorganizados no Brasil àquela altura pelo Partido Operário Revolucionário (POR)⁸. Por tudo isso, a *Movimento Socialista* tornou-se um dos principais palcos de análise crítica da perspectiva comunista tática e estratégica dos pecebistas, até então, força amplamente dominante no campo marxista brasileiro.

Defendendo que o Brasil não era um país capitalista o suficiente para conceber uma revolução socialista, o PCB propugnava por uma revolução em duas etapas. Primeiro pretendia romper o atraso do sistema capitalista brasileiro, com a aplicação de uma luta

⁸ Para mais informações sobre o POR e este capítulo da história do trotskismo brasileiro Cf. LEAL, 2004.

nacionalista democrático-burguesa, anti-imperialista e anti-feudal. Nesta primeira etapa seria necessária uma união com a burguesia nacional, importante para superar o primeiro estágio, que colocaria fim as regiões atrasadas do Brasil, desenvolvendo-as, e libertando a nação da condição de dependência ao imperialismo. Sendo que somente depois desta primeira etapa de emancipação nacional, seria possível desenvolver as condições objetivas necessárias para a abertura de um novo momento histórico que possibilitasse avançar na segunda etapa do processo revolucionário marcado pelo horizonte socialista. (CARONE, 1982: 217).

A crítica a esta concepção veio por meio da análise econômica e teórico-política da realidade brasileira, e da “questão nacional” estabelecida pelas características impostas pela luta política em um mundo em descolonização.

2. Compreendendo o desenvolvimento capitalista em tempos de descolonização

Diante do conflito bipolar que definia as relações internacionais do mundo na guerra fria, os países pertencentes ao “mundo colonial e semi-colonial” em um momento de descolonização se adequavam à ordem internacional da guerra fria através de “um papel duplo”. A nova burguesia local destes países encontrava-se de um lado “em choque com o imperialismo e nessa luta não [hesitava], frequentemente, em aceitar o apoio soviético”. E de outro, plenamente conscientes “das contradições fundamentais do mundo atual”, mantinham a defesa da “sua existência como burguesia e, conseqüentemente, o sistema capitalista mundial”. Para Sachs, a figura de um dos principais líderes nacionalistas do mundo pós-colonial, o presidente egípcio Gamal Nasser era “o exemplo mais evidente nesse sentido” (MARTINS, 1959: 54).

Em sua única intervenção na revista, Paul Singer apresentava um interessante “esboço de uma análise marxista do nacionalismo”. Buscando determinar o conteúdo concreto do movimento nacionalista por meio da identificação dos reais interesses da “burguesia nacional”, o que permitia avaliar as diferenças existentes entre o objetivo da burguesia e do proletariado na luta anti-imperialista, Singer argumentava sobre a participação dos marxistas no movimento nacionalista em perspectiva crítica à tese de

aliança com a burguesia nacional substanciada na estratégia de revolução por etapas preconizada pelo PCB (SINGER, 1959).

Defendendo a centralidade da luta de classes na teoria marxista, Singer questionava a perspectiva pecebista que determinava o conflito entre os interesses nacionais e o imperialismo como a contradição principal da realidade política brasileira a ser enfrentada pelas forças proletárias e marxistas. Para tanto, o autor começava seu esboço apresentando as condições concretas de produção cosmopolita do imperialismo:

Embora a internacionalização das relações de produção capitalistas levasse à criação de numerosos trusts, cartéis e congêneres de ÂMBITO mundial, é inegável de que a BASE destes grupos continuava sendo determinada burguesia NACIONAL. O cosmopolitismo da grande burguesia, que encara o mundo como um grande mercado explorador, não impede que, na defesa dos seus interesses competitivos, ela recorra, em escala crescente, à solidariedade da burguesia nacional, de que ela faz parte. Assim, ao mesmo tempo em que as economias nacionais se tornam interligadas e interdependentes, a luta interburguesa pela apropriação da mais valia aprofunda o entrelaço destas mesmas economias nacionais sob a forma de guerras tarifárias, guerras diplomáticas, lutas por investimento e – quando necessário – luta armada. Daí o ressurgir de um virulento nacionalismo (chauvinismo) nas nações industrializadas da Europa, do qual o fascismo foi a expressão extrema (SINGER, 1959: 7).

Sem se descuidar da sinalização para os riscos envoltos na alimentação de um sentimento nacionalista exacerbado, que na Europa ganhou formas chauvinistas suficientes para a edificação dos governos fascistas, Singer reconhecia a propensão “anti-imperialista” da burguesia nacional dos países subdesenvolvidos inerente ao seu próprio desenvolvimento aprisionado à condição de dependência. Contudo, frisava a incontornável relação dúplice que a burguesia nacional mantinha frente ao imperialismo, pois ao mesmo tempo que possuía uma aliança, inegociável, para com a estrutura imperialista que lhe fornecia os capitais e equipamentos necessários ao seu desenvolvimento, assumia também uma posição de combate a setores imperialistas no âmbito concorrencial, que a fazia transmutar-se na pele de uma “burguesia nacional”, “progressista”, promotora de um movimento nacionalista, supostamente libertador das amarras do poder imperial estrangeiro.

Os novos segmentos da burguesia industrial apresentam frente aos países industrializados um duplo caráter: NEGATIVO, na medida em que

entram em competição com eles na disputa pelo mercado de produtor manufaturados e congêneres; POSITIVO, na medida em que, para alargar e modernizar os seus meios de produção, eles criam ou expandem a procura de bens instrumentais (máquinas, instalações) e, através do desenvolvimento produtivo do país, ensejam a alargamento do mercado de investimentos (SINGER, 1959: 8).

Esta forma contraditória sob que se apresenta a burguesia industrial nos países subdesenvolvidos permite-lhe assumir uma posição dúplice frente ao imperialismo: de combate, como burguesia ‘nacional’, ‘progressista’ etc. frente aos setores do imperialismo que são seus competidores; de aliança, com os setores do imperialismo que lhe fornecem capitais e equipamentos (SINGER, 1959: 8).

Desta forma, mantendo uma relação íntima de competição e parceria com as burguesias estrangeiras, a burguesia nacional dos países subdesenvolvidos buscava acomodar seus interesses às condições imperialistas de desenvolvimento do mercado internacional, na mesma medida em que o imperialismo adaptava bem depressa aos anseios industrialistas destes países. Sendo incapaz de impedir sua industrialização, o capital internacional resolveu participar deste processo com um duplo objetivo: “a) dominar, se possível, os principais ramos da nova economia industrial, de modo a controlar-lhe o crescimento e encaminhá-lo convenientemente” e “b) extrair o maior lucro possível da operação” (SINGER, 1959: 8).

Diante disso, o movimento nacionalista nos países subdesenvolvidos teve como objetivo servir “aos desígnios da burguesia nacional, na medida em que estes estão em contradição com os do imperialismo”. Esta contradição sempre se encontrava limitada “a certas áreas de atrito”, como o controle sobre certos recursos naturais (petróleo, etc.) e alguns setores chaves da economia (transporte, sistema bancário, etc.); assim, como o resguardo da cooperação em inúmeras outras áreas (desenvolvimento da indústria pesada, química, etc.) de “interesse da burguesia nacional, [que] não visa a eliminação do imperialismo, mas uma acomodação com ele, em que seus interesses vitais sejam [garantidos]” (SINGER, 1959: 9).

Em essência, a luta do nacionalismo não se coloca no plano histórico da luta de classes, entre a burguesia e o proletariado, nem do plano da luta entre estas classes pela distribuição do fruto do trabalho, mas no plano da apropriação da mais valia pelos diferentes setores das classes dominantes. Sua finalidade é reter a maior soma possível de mais valia produzida pelo proletariado do país subdesenvolvido dentro das fronteiras destes, ou seja,

nas mãos da burguesia nacional. Para AUMENTAR o montante total da mais valia, através da elevação da produtividade do trabalho, ele não pode prescindir do auxílio do capital internacional, ou seja, do imperialismo. Na ocasião de DIVIDIR este montante, ele lutará para que a parte do leão fique para a burguesia nacional. Para isto o nacionalismo lança mão de diferentes meios que compõem o seu programa: policiamento do pagamento de ‘royalties’ e dividendos aos capitais estrangeiros, proteção da indústria nacional contra a concorrência da congênera estrangeira, monopólio estatal de certos setores da economia, monopólio este exercido por um estado controlado pela burguesia nacional etc. (SINGER, 1959: 9).

Assim, aliados na apropriação da maior parcela possível da mais-valia extraída da exploração do trabalhador, a burguesia nacional e os seus parceiros imperialistas se digladiavam na divisão da mais-valia expropriada, o que fazia com que a luta política travada no campo do nacionalismo se restringisse a uma luta inter-burguesa, na qual o proletariado tinha pouco interesse.

Avaliando estas diferenças de interesse de classe da luta anti-imperialista travada pela burguesia nacional e o proletariado, Singer apresentava uma diferenciação profunda entre o anti-imperialismo do nacionalismo burguês com o sentimento anti-imperialista que decorria “da análise marxista da realidade capitalista, que [levava] em consideração os interesses, a curto e longo prazo, da classe operária” (SINGER, 1959: 9), pois

O seu objetivo não é apenas enfrentar o imperialismo por ocasião da repartição da mais valia, mas o de combatê-lo no plano histórico, ou seja, visando sua completa eliminação. Ora, sendo o imperialismo uma decorrência necessária do regime capitalista, no seu atual estágio, o anti-imperialismo proletário e socialista reconhece que o único modo de eliminar o imperialismo é destruir o sistema sobre o qual ele se apoia e do qual emana. O anti-imperialismo é portanto anticapitalista (SINGER, 1959: 9).

Desta forma, Singer repõem o caráter de classe da “questão nacional” envolta no debate diante da luta anti-imperialista a ser travada nos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Pois, mesmo diante da evidência que tanto o proletariado como a burguesia nacional possuíam uma atitude contrária ao imperialismo, com esta análise da realidade econômica, Singer ponderava que “o antagonismo da burguesia – do qual [decorria] o seu nacionalismo – [era] um aspecto da concorrência, da competição pelo domínio de mercados, ou seja, das condições para ‘realização’ e ‘capitalização’ da mais valia”, enquanto “o antagonismo do

proletariado – do qual [decorria] o que denominamos ‘antiimperialismo’”, procedia de uma distinta posição sistêmica, que lhe impunha outra natureza e objetivos, pois residia em um “aspecto da luta de classes, na qual a classe operária [procurava] impedir o aumento da taxa de exploração e substituir o regime presente por uma sociedade sem classes” (SINGER, 1959: 10).

Tal forma distinta de encarar a questão conduzia Singer a conclusões opostas a proposição pecebista de revolução por etapas, que ao sustentar que as condições para uma revolução socialista ainda não estavam postas nos países de economia colonial ou semi-colonial, definia como dever de todos comunistas prestar apoio a agitação nacionalista que incentivaria a industrialização preconizada por suas burguesias locais.

Encarando a questão sob outro ângulo podemos dizer que industrialização dos países subdesenvolvidos – meta formal do nacionalismo burguês e estágio de transição (para o socialismo) para o antiimperialismo proletário – pode ser alcançada por dois modos: pela ‘capitalização’ dos países subdesenvolvidos, ou seja, pelo desenvolvimento do capitalismo industrial e financeiro nestes últimos, o que torna indispensável, até certo ponto, o estabelecimento de relações estas que por serem capitalistas, são necessariamente de exploração, pois tem como objetivo o lucro; ou pelo estabelecimento de relações de cooperação econômica entre os países, pelas quais os mais industrializados auxiliam o desenvolvimento dos menos adiantados, sem se basear para isso na exploração do trabalho e dos recursos naturais destes últimos. Para que isto pudesse ser feito seria preciso que houvesse condições para uma planificação da economia em caráter internacional e a substituição do lucro, como fim da atividade econômica, pela satisfação das necessidades dos membros da sociedade. Em outras palavras, para que a industrialização dos países subdesenvolvidos pudesse ser feita fora dos moldes capitalistas e imperialistas – o triunfo da revolução socialista em âmbito mundial torna-se imprescindível (SINGER, 1959: 9-10).

Ao reafirmar que o único caminho de desenvolvimento independente ao imperialismo adequado aos países subdesenvolvidos era o socialismo, Singer não desconsiderava a importância da participação dos marxistas no movimento nacionalista, mas alertava para o fato de que nem todo movimento ensejado pelo discurso nacionalista servia aos interesses do proletariado, e que, portanto, não deveria ser apoiado estrategicamente pelos comunistas. Uma aliança com setores da burguesia nacional certamente se faria necessária em momentos conjunturais, devendo ser esporádica e

ocasional, definida apenas pelas urgências táticas do desenrolar do conflito pela revolução socialista.

Sempre atento a certeza de que “mesmo quando as posições defendidas pelo nacionalismo favorecem o desenvolvimento das forças produtivas, o apoio que lhes presta o marxista nunca o leva a identificar-se com o próprio nacionalismo” (SINGER, 1959: 11), os agrupamentos marxistas, sem nunca secundarizar sua perspectiva socialista, deveriam aceitar um apoio tático ocasional ao movimento nacionalista, apenas porque neles residiam uma pequena burguesia interessada no avanço econômico do país, mas que não nutriam qualquer “apego subjetivo ao capitalismo”, podendo então serem ganhos para a luta socialista, objetivo imediato primordial, sempre a ser conservada pela luta revolucionária (SINGER, 1959: 12). Pois, como bem definia os clássicos do marxismo – lembrava Singer por fim –, os comunistas deveriam apoiar, por toda parte, todo movimento progressista que buscava alterar o *status quo* em contribuição a vida dos trabalhadores, sempre assumindo, contudo, a tática mais adequada do movimento operário frente ao nacionalismo, a saber, aquela que nunca desprezava o seu verdadeiro objetivo de classe: o fim do capitalismo.

Em texto assinado sob o pseudônimo de “Agripino Soares Thomás”, Ruy Mauro Marini realizava uma crítica mordaz ao nacional-desenvolvimentismo, principalmente em sua variante comunista. Questionando o nacionalismo e o caráter anti-imperialista libertador do projeto nacional-desenvolvimentista gestado pela burguesia nacional, Marini alertava para a condição de classe do desenvolvimento capitalista e a debilidade da burguesia brasileira que não podia mais realizar as tarefas históricas da qual era responsável, residindo no proletariado as chaves para a verdadeira independência e desenvolvimento nacional a ser realizado pela revolução socialista. Entrando, assim, em confronto direto com a posição política assumida pelo PCB.

Ponderando que a política desenvolvimentista da burguesia industrial brasileira não podia ser “unicamente *nacional*”, pois a sua condição dependente impunha uma sempre desfavorável aliança com o imperialismo, entendia que essa lógica era fundamental para a execução de qualquer projeto ou anseio de desenvolvimento sob bases capitalistas. Sua prova não estava muito longe. O próprio sucesso econômico do governo Kubitschek dava razão a análise de Marini, uma vez que, o desenvolvimento econômico tal qual implementado pelo Programa de Metas envolvia, nos dizeres da época, aspectos

“nacionais” e “entreguistas”, no sentido de que tinha como objetivo o desenvolvimento da nação brasileira, mas dependia de capitais estrangeiros, e, assim sendo, reclamava certa independência dentro de um sistema econômico que impunha a dependência. Assim a intervenção estatal necessária ao arranque desenvolvimentista não implicava em rompimento com os acordos e interesses dos setores imperialistas responsáveis pelos investimentos essenciais ao sucesso do projeto, que na prática era mais desenvolvimentista do que nacionalista (THOMÁS, 1959a: 24).

Mesmo reconhecendo que não havia nem mesmo uma orientação econômica, mas sim “um movimento de opinião em favor da industrialização” em termos nacionalistas (THOMÁS, 1959a: 29). Marini promoveu uma análise dos interesses deste projeto para demonstrar, a partir das ideias de seus próprios formuladores e/ou operadores, que apesar das divergências pontuais, a industrialização comandada pela ideologia nacionalista burguesa pretendia se desenvolver no país sem um conflito direto com o latifúndio e o imperialismo. Para tanto, analisou o Programa de Estabilização Monetária proposto pelo ministro da Fazenda, Lucas Lopes, concluindo que o desenvolvimento intentado pelo projeto nacional-desenvolvimentista apoiado pelo movimento nacionalista não só não possuía qualquer cunho anti-imperialista, como aprofundava as condições de dependência e o subdesenvolvimento do país;

[...] o tão decantado desenvolvimento é, na realidade, um subdesenvolvimento progressivo em que ficamos cada vez mais atrasados em relação aos países adiantados. A burguesia brasileira, apesar de suas reivindicações de liderança nacional, na realidade, permanece débil e dependente da burguesia imperialista americana. Aceitar sua direção é atar a sociedade brasileira, pés e mãos, na sua luta nacional contra o domínio imperialista (THOMÁS, 1959a: 31).

Além do mais, Marini não se descuidava da crítica ao reformismo inerente a defesa do desenvolvimento, sempre pontuando a condição de classe de qualquer desenvolvimento econômico gestado sob bases capitalistas.

As promessas de melhoria material, como conseqüência do desenvolvimento, com a ‘participação dos trabalhadores nos frutos do progresso’, serve mesmo e para ludibriar o proletariado e castrá-lo politicamente. Qualquer marxista de formação elementar sabe que as melhoras alcançáveis sob o capitalismo jamais impedirão que a situação material dos trabalhadores piore entre uma classe e outra à situação

material da burguesia. A distância social entre uma classe e outra aumenta continuamente com o desenvolvimento capitalista (THOMÁS, 1959a: 32).

Não obstante isso, a análise de Marini aprofundava-se ainda às condições de desenvolvimento nacional para questionar as bases interpretativas que sustentavam a estratégia e nova tática assumida pelo PCB à época. Para Marini, a fragilidade da burguesia nacional para comandar o seu próprio desenvolvimento fazia com que ela recorresse quase sempre a intervenção estatal, financiando assim a ideologia nacional-desenvolvimentista em tais bases estatistas

Veja-se a Petrobrás, como primeiro exemplo: impotente para mobilizar os capitais necessários à implantação da indústria petrolífera e sem fôrças de preservá-la para si mesma, a burguesia recorreu aos capitais públicos, ao dinheiro dos impostos pagos por todos e à couraça do monopólio estatal encerra uma contradição, é propriedade social administrada e gerida pela minoria burguesa, em benefício de seu exclusivo fortalecimento econômico e político (THOMÁS, 1959a: 25).

Reconhecendo que o desenvolvimento econômico e a independência nacional eram bandeiras a serem conservadas e sacudidas nos momentos de enfrentamento político – mais do que isso, eram metas históricas não cumpridas pela burguesia nacional, que permanecia tolhida das fôrças sociais e políticas necessárias para a execução de tais tarefas – Marini defendia que “estes objetivos históricos jamais [poderiam] ser completamente realizados no Brasil pela burguesia capitalista, mas tão somente sob a direção do proletariado socialista” (THOMÁS, 1959a: 25).

Certamente que a burguesia brasileira tenderia a entrar em conflitos momentâneos com o imperialismo, devido a um choque de interesses normal para a dinâmica concorrencial inerente às disputas de mercado do capitalismo. Nestes momentos, apresentava-se a necessidade de alianças táticas pontuais, mas “nunca de uma adesão” (THOMÁS, 1959a: 24). Pois,

O inimigo é comum, mas os objetivos não são comuns. A aliança pressupõe a consciência das contradições internas, a preservação dos interesses de classe do proletariado. A adesão pressupõe a negação da contradição interna absorvida (ou subordinada) aos interesses ‘da nação em desenvolvimento’ e tomada em seu conjunto. Aí ou se afirma ou se renuncia ao marxismo (THOMÁS, 1959a: 24).

Assim, Marini reforçava a crítica contra as teses que apresentando as divergências entre a burguesia nacional e setores imperialistas as amplificavam ao ponto de obscurecerem o essencial, a saber, a sua aliança, inerente a sua condição de classe. Pois, quando o conflito se estabelecesse ameaçando os limites impostos pela dominação, as classes dominantes inevitavelmente se uniriam, secundarizando suas nacionalidades e interesses econômicos imediatistas. Buscando restituir o antagonismo de classe como a definição da contradição principal da luta política brasileira a ser enfrentada pelas forças anticapitalistas, Marini questionava a interpretação pecebista que encontrava tal contradição na luta pela independência nacional contra o imperialismo.

Mas esconde-se e muito cuidadosamente, que entre a burguesia e o imperialismo é que existem relações de luta (por uma fatia maior do bolo brasileiro) e de união (pela preservação do sistema capitalista). E que aí é que prevalece mesmo a união – união sólida, natural, de classe. Na realidade, subordina-se o social, a luta de classe, ao *nacional* que é modelado pela classe dominantes à sua imagem e semelhança. A nação em desenvolvimento não é mais do que a burguesia em desenvolvimento (THOMÁS, 1959a: 32).

Desta forma, Marini substanciava sua crítica mordaz a ideologia nacionalista, da qual muitas vezes se valia a burguesia para dominar politicamente o país, encontrando no desenvolvimentismo (industrialização) sua força material para o exercício do poder ideológico de controle do proletariado. De posse de tais conclusões, condenava a frente única nacionalista proposta pelo PCB, que em sua perspectiva, na prática significava a submissão ao nacionalismo burguês que celebrava o projeto nacional-desenvolvimentista, a ser implementado com o auxílio político e ideológico do “marxismo prestista”. Expressão que utiliza para se referir a perspectiva política que dominou o PCB após a crise do stalinismo imposta ao partido pelas revelações do XX Congresso do PCUS, e que definiu a nova linha política consagrada pela *declaração de março de 1958*, e o giro tático pelo qual passou o partido neste período, alvo privilegiado das críticas da revista *Movimento Socialista*.

Marini lembrava, ainda, que o processo de renovação pecebista levou um considerável contingente de militantes comunistas a abandonarem a perspectiva

revolucionária, deixando o próprio partido⁹. Mas, acrescentava que apesar da saída dos mesmos, o espírito e ideias de capitulação diante da ofensiva ideológica da burguesia continuavam a florescer dentro do partido e tomavam novas formas sob a liderança incontestada de Luís Carlos Prestes, que havia saído da clandestinidade para “fazer a cama” onde o “reformismo”, o “colaboracionismo”, o “reboquismo” e o “oportunismo”, sempre presentes na trajetória do partido, deitariam em berço esplêndido. Assim, “o remanescente stalinismo acomodado e afeiçoado às novas circunstâncias” impostas pela renovação, se transvestira com sua nova roupagem prestista absolvendo rapidamente das últimas consequências “todos os aspectos negativos da ‘renovação’” (THOMÁS, 1959a: 14).

Sempre segundo Marini, tal posição assumida pelo PCB representava uma traição ao proletariado e a revolução socialista, pois entregavam à classe inerte a exploração capitalista, desorganizando-os em prol de uma promessa futura de possibilidades de luta e conquistas, deixando para depois “a sua preparação ideológica, orgânica e política”. Desta forma, Marini centrava suas contundentes críticas a Prestes, que, segundo ele, compactuava com a política nacionalista de conciliação com a burguesia, prejudicando “a formação da consciência de classe do proletariado”, tornando-se assim, o líder da “revolução inofensiva” (THOMÁS, 1959a: 11-20).

Identificando o reformismo, colaboracionismo e reboquismo do partido à submissão da luta de classe à luta nacional contra o imperialismo, Marini criticava a ideologia nacionalista, seja em suas elaborações autenticamente burguesas, seja em sua variante comunista – como as formulações isebianas de Nelson Werneck Sodré –, para defender que o proletariado não possuía qualquer motivo “para renunciar à sua política independente de classe, [e] seus objetivos socialistas”. Estando a “formação de uma vanguarda realmente marxista, a organização política independente da classe operária”, ainda “na ordem do dia” (THOMÁS, 1959a: 33).

Os ponteiros do relógio corriam, e as exigências impostas pela luta clamavam por uma alternativa revolucionária que, porém, encontrava-se diante de um dilema: nacionalismo ou socialismo?

⁹ “A própria luta contra o stalinismo, sob a bandeira da renovação marxista, estava impregnada desse espírito de capitulação ao impacto da ofensiva ideológica da burguesia, de renúncia à luta de classe e, portanto, de perda progressiva e inexorável do espírito de classe. Mas foi precisamente por esta razão, que sacrificou os destinos de um movimento promissor” (THOMÁS, 1959a: 14).

3. A Revolução entre o marxismo socialista e a apologética nacionalista

Os textos de “Luiz Vidal” tratavam da “revolução brasileira” (VIDAL, 1959a) dividida entre o dilema da “Nacionalização e a Socialização” (VIDAL, 1959b). Trabalhando com o conceito de “capitalismo de Estado”, Vidal questionava as pretensões de nacionalização (leia-se estatização) dos meios de produção, em defesa da sua socialização, a ser alcançada por meio da revolução socialista comandada pelo proletariado.

Preocupado com a penetração do discurso nacionalista no seio do marxismo, o autor buscava operar uma separação mais nítida entre os conceitos de nacionalização e socialização, importante para uma melhor precisão sobre as diferenças entre o nacionalismo e o socialismo. Pois, se o segundo pressupunha o fim das classes sociais e do Estado, extinguidos pela socialização dos meios de produção, o primeiro significava o extremo oposto, o fortalecimento do Estado e do poder de classe, vide as evidências históricas que indicavam que a nacionalização dos meios de produção tendiam a significar estatização das forças de produção, geralmente promovida pelas burguesias nacionais dos países capitalistas em benefício do capitalismo, e “não como um passo para o mundo socialista” (VIDAL, 1959b: 62-63).

Para Vidal, as nacionalizações dos meios de produção vinham sendo assumida historicamente como estratégia para solucionar, em grande medida, “as contradições internas da classe possuidora e dá o golpe mortal no que ainda resta da livre concorrência que, embora progressista no alvorecer do capitalismo, perdeu, com a própria evolução econômica, a sua razão de existir” (VIDAL, 1959b: 62-63). Sendo que a “revolução nacional burguesa [podia] coincidir com a instauração do capitalismo de Estado. E, de acordo, com a própria marcha da economia mundial, ajustar-se, em grande parte, com os interesses da política imperialista”, se constituindo assim como uma nova (e última) etapa de desenvolvimento do capitalismo (VIDAL, 1959a: 35).

Desta forma, o capitalismo de Estado, produzido pela nacionalização dos meios de produção – às vezes por meio de uma política populista, como no Brasil – se constituía como produto da evolução do capitalismo monopolizador (VIDAL, 1959b: 62). Contudo, não era “a solução ideal para os capitalistas e sim uma solução histórica em vista das contradições econômicas e sociais” daquele momento (VIDAL, 1959a: 35). Uma estratégia

assumida pelas classes dominantes ocidentais para se desvencilhar da crise estrutural pela qual passava o capitalismo, e que, contudo, já possuía raízes profundas na auto-intitulada pátria do socialismo, pois, a União Soviética, assim como os estados fascistas, eram o exemplo mais evidente de capitalismo de Estado.

A Rússia é o exemplo de que a nacionalização dos meios de produção pode transformar-se no contrário do socialismo. Lá existe a nacionalização, como existiu, aliás na Alemanha, sobretudo no derradeiro período do nazismo. Todavia, é uma nacionalização em proveito da nova classe possuidora, da burocracia, dos técnicos, do exército, dos dirigentes do Partido, que podem dispor de toda a riqueza nacional em seu próprio proveito. Em lugar de definhar o Estado fortifica-se cada vez mais, e não só as massas como os indivíduos se vêem privados de todos os direitos, até o de ter consciência, vivendo na miséria e na abjeção, sob a ameaça permanente da repressão policial (VIDAL, 1959b: 64).

Além do mais, a dramática condição atual da União Soviética expunha com desconcertante evidência os riscos em torno da confusão, consciente ou não, dos conceitos de nacionalização e socialização.

O que ali se vê, presentemente, é a nacionalização dos meios de produção, a planificação da economia, o monopólio do comércio exterior, mas tudo isto não mais controlado pela classe trabalhadora e sim por uma burocracia estatal, que representa a nova classe possuidora, exercendo uma função de burguesia semelhante a dos países capitalistas do mundo ocidental (VIDAL, 1959b: 63).

É preciso, portanto, não confundir nacionalização com socialização. A Rússia não se tornou uma nação socialista apesar da revolução, muito embora sejam ali nacionalizados os meios de produção. Qualquer das demais potências imperialistas poderá realizar, amanhã, um grande programa de nacionalização sem rumar para o socialismo (VIDAL, 1959b: 64).

Vidal, identificando na burocracia da URSS uma “nova classe possuidora e parasitária”, via na nacionalização o caminho que levou a pátria do socialismo ao capitalismo de Estado, produto de uma “contrarrevolução permanente” em marcha desde a vitória de Stálin na luta interna do partido bolchevique. Assim, através da crítica a escolha assumida pela URSS de estatização, invés da socialização dos bens de produção, tomava-a de modelo para ponderar criticamente contra toda e qualquer política de nacionalização que tendia a entrar em choque com as pretensões de socialização (VIDAL, 1959b: 64).

Preconizando a teoria da revolução permanente de Trotsky – que acreditava que em sociedades subdesenvolvidas, como o Brasil, a revolução democrático-burguesa, anti-colonial e anti-feudal só poderia ser realizada sob direção do proletariado em uma luta que combinava dentro de um único processo revolucionário as tarefas mais elementares da democracia burguesa com os objetivos socialistas –, contra a estratégia etapista da revolução assumida pelo PCB, Vidal questionava o nacionalismo que, como lhe é comum, “tornou-se um instrumento de política internacional sem o menor vínculo com os interesses reais da classe trabalhadora” (VIDAL, 1959a: 37).

Sendo que para ele, a situação dos países subdesenvolvidos, semi-feudal e semi-colonial como o Brasil, impunham apenas três saídas:

1º - a de caráter evolutivo pelo desenvolvimento orgânico do capitalismo passando pelas etapas normais.

2º - a do socialismo pela revolução operária, vindo de baixo para cima.

3º - a do capitalismo de Estado, pelo controle estatal da produção e distribuição das riquezas, realizado pela classe possuidora (VIDAL, 1959a: 36).

Sem condições históricas de viabilizar a primeira hipótese, o dilema encontrava-se entre a segunda e a terceira opção. Diante da certeza de que o capitalismo de Estado não era “o início do socialismo nem tão pouco de um período novo na história da humanidade, mas, simplesmente a etapa final do sistema capitalista”, Vidal não apresentava dúvidas de que a nacionalização possuía “uma significação altamente contra-revolucionária”, pois, realizada pela burguesia, seja por conta própria ou com o apoio da classe operária “dentro de uma orientação colaboracionista”, será sempre “para melhor subjugar-la” as condições de exploração do sistema capitalista “em benefício da burguesia e maior exploração do proletariado” (VIDAL, 1959b: 65).

Assim sendo, para Vidal só restava ao proletariado o caminho da socialização dos meios de produção, meta que tornava imperativo a imediata preparação “ideológica, política e partidariamente para a conquista do poder”. Pois, a classe trabalhadora não tinha que ajudar o capitalismo a desenvolver-se, contribuindo para solução de suas crises estruturais, “porque o desenvolvimento [econômico] representa um progresso. [Tinha] de lutar pela sua destruição, criando as condições objetivas e subjetivas que [fossem] necessárias para a realização deste grande empreendimento” (VIDAL, 1959b: 65).

Sempre demonstrando vasto conhecimento da literatura marxista, Eric Sachs, assinando sob pseudônimo de “Eurico Mendes”, mobilizava os autores clássicos do marxismo contra a nova linha política assumida por “Luiz Carlos Prestes e seus aliados” (MENDES, 1959b) – considerada um equívoco à luz da teoria marxista, que Prestes não dominava, e da realidade brasileira que o PCB não soube ler –, e contra a “apologética nacionalista” (MENDES, 1959a) formulada por inúmeras teorias do desenvolvimento com apoio pecebista. Para tanto, Sachs tratou o debate tanto no campo teórico restrito às formulações clássicas do marxismo, quanto no terreno prático à luz de uma análise da realidade concreta.

A *declaração de março de 1958* imprimiu um novo giro tático no PCB, fazendo-o retornar a aspectos de profunda semelhança com a linha política antes definida de “direitista” pelo próprio partido em momentos progressos de autocrítica. Perfazendo um balanço crítico da história do PCB até o momento de ascensão dessa nova proposta tática, Sachs conduzia um ataque direto a Luís Carlos Prestes, que naquele momento assumia uma importante liderança para as mudanças de rumo do partido (MENDES, 1959b).

Segundo Sachs, diante da crise do movimento comunista internacional produzida pelo impacto do XX Congresso do PCUS, havia se constituído sob liderança de Prestes, uma revisão pública da linha política do PCB, “destinada a acabar definitivamente com o sectarismo e o dogmatismo do passado”. Assim, afastados “os virtuais dirigentes que, em nome e com a complacência de Prestes, durante anos, tiveram o destino do P.C. nas mãos”, o incontestado líder pecebista reaparecia de sua reclusão imposta pela clandestinidade do anticomunismo brasileiro para conduzir o partido há uma nova fase de política colaboracionista e reboquista, tal qual havia feito em 1945. Pois, como o crítico fazia questão de lembrar, a tão alardeada “nova linha” política assumida pelo PCB não era tão inédita “como seus autores pretendem fazer crer” (MENDES, 1959b: 23-24). Citando a proposta de “União Nacional” que marcou a tática assumida pelos comunistas a partir de 1945, quando Prestes aconselhava os trabalhadores a desistirem das greves e “apertarem os cintos”, Sachs lembrava da orientação que prevaleceu no partido entre 1945 e a sua volta à ilegalidade em 1947, que fez com que os comunistas se engajassem na defesa de uma frente única similar aos moldes daquela almejada novamente pela “nova linha política”, e no apoio ao próprio Vargas, que por meio do movimento queremista pretendia manter de pé as

bases do Estado Novo. Essa tática, fracassou retumbantemente, fazendo com que o partido desse seu giro ao sectarismo marcado pelo *Manifesto de Agosto de 1950*, que diante de mais uma crise do stalinismo, era novamente alvo de nova “autocrítica”, forçando uma volta à política colaboracionista que dera vida a oportunista palavra de ordem de “apertar os cintos”.

Ao pretender exercer o mesmo papel que já havia assumido no processo de redemocratização do país, Prestes torna-se o alvo privilegiado das críticas de Sachs, que optando pela responsabilização ao histórico líder pecebista, devido à importância do papel que ocupava na máquina partidária, apresentava suas desconfianças com as mudanças extremas de posição daquele que se considerava o principal líder marxista do país. Para Sachs, Prestes em sua carreira de “líder proletário” nunca havia agido como marxista. Sem nunca ter se desfeito de suas antigas concepções pequeno-burguesas do seu passado de tenente, Prestes apenas se apropriara de uma fraseologia marxista, não tanto por má fé, quanto por ignorância, pois como salientava Sachs, não se tratava de “pôr em dúvida a integridade pessoal de Luiz Carlos Prestes. Sabemos que se considera ‘marxista-leninista’, honestamente e de consciência limpa. Desconfiamos, entretanto, que cometa [...] um ‘erro’ como se diz em linguagem partidária” (MENDES, 1959b: 29).

Travando então o debate no âmbito teórico, Sachs, munido dos ensinamentos dos clássicos do marxismo, questionava, não a aliança com setores da burguesia em si, mas a forma pela qual esta aliança era proposta pelo PCB, que obscurecendo os objetivos distintos das forças que o compunham tendia a subordinar a classe operária à burguesia e suas intenções políticas de feições nacionalistas. São vários os trechos dos autores marxistas utilizados pelo crítico para apresentar as posições clássicas sobre o nacionalismo e o internacionalismo, abordando inclusive a discussão que dividiu Rosa Luxemburgo e Lenin sobre a questão nacional e a auto-determinação dos povos, em um histórico que demonstrava como os resultados dos debates da Segunda Internacional haviam sido transformados pela revisão stalinista que chegou até os PC’s dos países do mundo inteiro – sendo que o processo de renovação ainda não chegara a revisar este importante ponto, muito pelo contrário, parecia assumi-lo com ainda mais afincado (MENDES, 1959a).

A causa fundamental da crise do movimento operário em escala mundial é o abandono do internacionalismo proletário pela própria Rússia Soviética

e a submissão da classe operária nos países capitalistas à política externa de Moscou. Enquanto êses fenômeno não fôr superado, seja por meio de reformas radicais da política interna soviética ou pela rebelião dos Partido no Ocidente a desestalinização não estará completada (MENDES, 1959a: 45).

Se sustentando em passagens do *Manifesto Comunista*, Sachs defendia que o nacionalismo de classe constituía, na verdade, a forma nacional da luta proletária, sem nunca, entretanto, se desfazer da necessidade de uma perspectiva internacionalista, horizonte primordial da ação política que tendia a diferenciar os comunistas dos outros partidos engajados na luta nacional

A forma nacional da luta proletária, nos primeiros tempos, à qual o “Manifesto” se refere, é o terreno histórico que o proletariado encontrou quando surgiu no cenário social e político. Trata-se da desigualdade do desenvolvimento dos diversos países, que condicionam as particularidades da luta de classe em cada nação. Desde o início, entretanto, há um objetivo comum: a derrubada da própria burguesia (MENDES, 1959a: 39).

Destarte, Sachs mobilizava autores como Marx e Lenin contra a “nova linha” pecebista em sua pretensão de aliança com a burguesia, não para exigir que o PCB copiasse acriticamente os clássicos, recaindo em reconhecido dogmatismo, mas, justamente para rebater o dogmatismo pecebista que se utilizava de variadas citações de autores consagrados da teoria revolucionária para justificar sua nova tática política, pois, bem sabia Sachs que: “Não há dois momentos idênticos na história do movimento operário, nem no espaço e nem no tempo. Tôda fase de luta exige uma tática determinada que depende de condições e circunstâncias muito concretas” (MENDES, 1959b: 29). Diante disso, o crítico dá um passo adiante, questionando à luz de uma análise concreta da realidade brasileira a formulação etapista do PCB.

Para Sachs, o Brasil já havia passado por sua revolução burguesa industrial, promovida pela “revolução de 1930”, que produzira uma dinâmica econômica sob bases capitalistas capaz de criar anualmente “cêrca de meio milhão de novos empregos [...], dos quais grande parte na indústria”. O Brasil já possuía “uma população trabalhadora do campo de mais de 10 milhões, da qual boa parte [era] constituída por um proletariado rural, prestes a se fazer presente na vida política do país” (MENDES, 1959a: 46).

Sem desconsiderar o atraso do sistema capitalista brasileiro, Sachs compreendia o Brasil como um país subdesenvolvido “em relação a regiões bem determinadas, de um capitalismo mais antigo”. Contudo, fazia questão de defender que em “relação à grande maioria da humanidade e da população da própria América Latina, já somos um país economicamente desenvolvido nos padrões do modo de produção capitalista” (MENDES, 1959a: 46). Se a maturidade de seu desenvolvimento não havia deitado todas as condições ideais para que uma revolução socialista pudesse emergir, a revolução chinesa era o exemplo citado por Sachs de que isto não era de todo um empecilho. De tal modo, se existia um atraso de desenvolvimento social em relação ao Brasil e aos países mais desenvolvidos, não se devia aceitar, porém, este “marxismo subdesenvolvido” que alguns comunistas brasileiros pareciam cultivar e apresentar “para uso doméstico”. Como esclarecimento para a crítica apresentava uma analogia com a ciência física e a teoria atômica:

A ciência é universal, é internacional, seja no campo da física, como das lutas sociais. Os nossos físicos, que pretendem instalar fontes de energia atômica no Brasil, têm de dominar as leis da física nuclear do mesmo que seus colegas dos países mais adiantados. O que eles têm de levar em consideração são as condições concretas dentro das quais têm de agir, tanto as condições econômicas como do nível técnico existente no país. Nenhum cientista ou técnico atômico vencerá, entretanto, as dificuldades, usando noções da física pré-nuclear (MENDES, 1959a: 46).

Contudo, o ponto mais relevante para a compreensão do real desenvolvimento do capitalismo brasileiro era o entendimento de que o nacional-desenvolvimentismo, empreendido desse o Estado Novo, e que ainda dominava o horizonte político do país, já havia acabado por completar, de alguma forma, a obra da revolução de 1930. Assim, a burguesia nacional deixava de ser capaz de resolver os problemas do país resultantes de sua revolução conduzida por “um modo burguês-reformista”, deixando, portanto, de ser uma classe revolucionária. Tal compreensão expunha quatro características relevantes sobre a presente situação do país, necessárias para se avaliar “o problema das alianças à base da realidade da luta de classes no Brasil” (MENDES, 1959b: 30).

Em primeiro lugar, o desenvolvimento da burguesia brasileira havia se dado “na fase em que o capitalismo luta em escala mundial pela sua sobrevivência, em competição com um bloco de países socialistas, que abrange um terço da humanidade”, e no enfrentamento interno a uma classe operária crescente numericamente “bem ou mal

organizada em sindicatos e que no passado já [revelara] predisposições para soluções revolucionárias, representando, portanto, um inimigo político em potencial”. Neste sentido, a burguesia nacional era uma classe cujo seu “desenvolvimento é freado pelo imperialismo, mas que simultaneamente tem algo a defender, algo a perder, contra uma classe operária em [ascensão que] procura derrubar o capitalismo em escala mundial” (MENDES, 1959b: 30).

Em segundo lugar, o capitalismo brasileiro havia se desenvolvido historicamente valendo-se do capital extraído da “economia agrária latifundiária, que até hoje conserva fortes traços de monocultura”. O que queria dizer que, se em parte, tal estrutura “freou o desenvolvimento do setor burguês, porque limitou de antemão o mercado interno. De outro lado, [eram] as exportações de produtos agrários que financiam a industrialização do país”. Dois aspectos que determinavam “as relações da burguesia nacional com o setor latifundiário, caracterizadas tanto por antagonismos, como por [uma unidade] de interesses”, condicionando assim “a atitude dessa coligação das classes dominantes em relação aos países imperialistas de cujo mercado dependem as exportações brasileiras” (MENDES, 1959b: 30).

O que remetia ao terceiro aspecto, a saber, a conclusão de que a burguesia brasileira não possuía “mais disposições para soluções revolucionárias — nem no combate do atraso interno, nem na luta contra um opressor externo”. Assim sendo, suas “armas ideológicas” se resumiam às “teorias de desenvolvimento, que nos são apresentadas nos mais diversos tons”, tendo sempre em comum a pretensão de que o crescimento econômico capitalista, lento e constante, “solucione os problemas nacionais”, eliminando os entraves internos e resolvendo os gargalos externos que impulsionaria o país a repetir “o que nações mais antigas já realizaram no passado (ignorando quase dois séculos de agudas lutas de classes, que marcaram o auge e o declínio do capitalismo europeu)” (MENDES, 1959b: 30-31).

Contudo, o que estas teorias de desenvolvimento, até mesmo as mais nacionalistas, também possuíam em comum, “é que, de um modo ou de outro, [pressupunham] uma colaboração do capital estrangeiro, isto é, do imperialismo, que [deveria] ajudar a solucionar os problemas nacionais”, variando pelos diversos matizes as condições dessa “colaboração”. Mas em geral “uma coisa fica certa: sem o apoio do capital estrangeiro os ‘desenvolvimentistas’ não [ofereciam] perspectivas de solução dos problemas nacionais”. O que obviamente eliminava “de antemão as possibilidades de emancipação do país mediante

o desenvolvimento burguês e [limitava] o papel da burguesia nacional [na] luta anti-imperialista” (MENDES, 1959b: 30-31).

Por fim, mas não menos importante, para Sachs, a classe operária brasileira representava um papel político que não correspondia “absolutamente ao seu peso específico na estrutura social e econômica do país”. Pois, se bem definido economicamente como classe, o proletariado brasileiro ainda “não se [fazia] sentir como força independente no cenário nacional”. Mantinha-se como “uma força auxiliar da burguesia nacional”, menos por uma identidade reformista, como acontecia “com a classe operária em países desenvolvidos” e mais por estar ainda “sob o domínio direto de partidos burgueses, trabalhistas e populistas” que os condicionavam a sua “reserva eleitoral”. De “todos os fenômenos de atraso, dos quais [sofria] o país, este [pesava] mais na política nacional”, o que tornava a “tarefa da transformação do proletariado brasileiro de ‘classe em si’ em ‘classe para si’ ainda [...] o problema cardeal para o movimento marxista” (MENDES, 1959b: 31).

Nesse sentido, ao tratar das questões concretas relacionadas as alianças políticas, Sachs apontava que a classe operária tinha sim que se comprometer com alianças, devido a sua importância em termos táticos, mas, apenas com grupos que poderiam estar empenhados na revolução socialista, como os trabalhadores agrícolas e as ligas camponesas, já engajados na luta pela extensão das leis trabalhistas ao campo, e não com setores da burguesia nacional, mesmo que nacionalistas. Assim, Sachs opunha a aliança dos trabalhadores rurais e urbanos à aliança ampla com a burguesia nacional defendida pelo PCB. Isso não significava reconhecer que essas classes antagônicas não tinham conjunturalmente inimigos em comum, que fizessem aflorar suas pretensões antiimperialistas; mas, enfatizava que possuíam objetivos distintos e conflitantes neste enfrentamento, fator que não poderia ser desconsiderado em nenhum momento. A aliança de todas as forças nacionais contra o imperialismo, como propunha o PCB, implicava em que o proletariado combatia “o imperialismo numa guerra sem trégua”, enquanto a burguesia o combatia e colaborava “com ele ao mesmo tempo” (MENDES, 1959b: 33), pois a condição de sócio de forças imperialistas, no desenvolvimento econômico capitalista, impunha limites ao anti-imperialismo da burguesia nacional, que apenas pleiteava “junto aos seus aliados americanos [...] melhores preços para seus produtos de exportação” e uma

maior participação na repartição da mais-valia extraída da exploração da classe trabalhadora. Sabia Sachs que a consecução de tais objetivos, “não enfraquecerá a aliança com o imperialismo americano – ao contrário, irá fortalecê-la”, já que a nova fase em que se encontrava o capitalismo imperialista, não permitia o combate ao imperialismo para restituição das economias nacionais, como havia ocorrido em fases anteriores (MENDES, 1959a: 53).

Não por acaso, apesar da ênfase em setores burgueses na luta pela libertação nacional, não havia se constituído no Brasil uma ambiguidade entre as políticas burguesas que opusessem na prática as políticas “nacionalistas” às “entreguistas”. Todos os políticos tendiam a envergar discursos nacionalistas, apresentando-se como independentes de seus partidos e acordos de classe, mas negociavam estreitamente com o capital estrangeiro.

Desta forma, Sachs criticava a ala à “esquerda” do nacionalismo que por meio de “alianças” e “frentes” defendiam “a tutela ideológica da burguesia sobre o proletariado”, em uma perspectiva nacional-reformista que ia do PCB até teóricos do ISEB, tendo em comum “a defesa de uma colaboração de classes sob o rótulo do nacionalismo, na qual o sacrifício das reivindicações do proletariado é tido como condição ‘sine qua non’ da luta antiimperialista” (MENDES, 1959a: 38). Longe desse equívoco estratégico, a luta deveria ser travada tendo a revolução socialista como objetivo imediato. Pois, certamente que a “reação nacional-libertadora, que o imperialismo [despertava] nos povos do mundo inteiro, [era] um aliado natural da classe operária. Da mesma forma [como] são os [...] nacionalistas, na medida em que são verdadeiramente antiimperialistas” (MENDES, 1959a: 53). Contudo, o caminho para as forças anticapitalistas deveriam ser o engajamento no conflito anti-imperialista de caráter nitidamente socialista, e não nacionalista.

Assumindo que “a emancipação ideológica” era a condição fundamental para “o surgimento de um movimento operário independente no Brasil” (MENDES, 1959a: 47), Sachs estava convencido de que

A única contribuição real, que podemos dar para o progresso e o desenvolvimento da sociedade brasileira, na sua fase atual, é da formação de uma consciência própria da classe operária, que é uma consciência anti-capitalista, oposta a qualquer forma de exploração econômica. Isso só conseguiremos por meio de uma luta permanente e continua contra a burguesia nacional, e contra o imperialismo mundial, e um pressupõe o outro (MENDES, 1959a: 51).

Para tanto, se impunha aos marxistas a inserção na luta dos trabalhadores já organizados em sindicatos e federações para travar o necessário combate às ideologias pequeno burguesas presente no movimento operário, tarefa fundamental para o desenvolvimento e maturação de uma consciência de classe que imprimisse uma verdadeira perspectiva anticapitalista. Para Sachs, “uma coisa [parecia] certa: um fascismo mais popular se [desenrolaria] sob o signo do nacionalismo, para se impor”, e o PCB havia falhado na tentativa de representar a classe operária, sendo necessário a formação de uma nova vanguarda que pudesse propiciar uma verdadeira alternativa revolucionária à classe operária (MENDES, 1959b: 32).

Quem quiser que fique com a nossa “burguesia nacionalista”, com os “setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano” e com os mitos do passado. Nosso objetivo é o proletariado brasileiro, o mais numeroso do país mais industrializado da América Latina. Quando este jovem gigante aprender a andar sozinho, suas colunas abalarão o Continente e o próprio baluarte do imperialismo; cabe a êle hastear a bandeira vermelha sob o Cruzeiro do Sul (MENDES, 1959a: 34).

...para frente ou para trás?

Motivada pela certeza de que a luta contra o stalinismo e o nacional-reformismo deveria ser travada não apenas em âmbito nacional, mas como fenômeno internacional, pois apenas uma ação na mesma proporção que sua agência poderia superá-lo, a revista publicou ainda inúmeros outros textos de autores anti-stalinistas de renome internacional, como Isaac Deutscher, Manuel Augustin Aguirre, August Thalheimer, B. D. Wolfe, Andres Nin, Wladislaw Bienskoswki e Rosa Luxemburgo.

Estagnado pelas deformações estalinistas e a perspectiva nacional-reformista, a *Movimento Socialista* buscava pôr o socialismo novamente em movimento. Sua iniciativa, contudo, não foi nem um pouco bem recebida pelo principal alvo de suas críticas. Como esperado, o jornal *Novos Rumos* do PCB abordou o lançamento da revista em tons bastantes severos e acusatórios. Rui Facó, responsável pela autoria do artigo crítico, questionou desde as pretensões “nada modestas” da revista, até a sua posição “ultra-esquerdista dogmática” e

“anti-soviética”, irresponsável e prejudicial ao movimento comunista, que fez apontar a bússola para um “MOVIMENTO SOCIALISTA...Para trás” (FACÓ, 1959: 9).

Para Facó, nutrindo “ódio de morte à União Soviética” os “moços do ‘Movimento Socialista’” só veem nela o que chamam, sem a devida precisão do que se trata de fato, de “stalinismo”, e assim acabam servindo as forças burguesas que a anos tentam “desacreditar a União Soviética e, através dela, o comunismo” (FACÓ, 1959: 9). Para o militante pecebista, não estando ligados a nenhuma organização, como eles próprios admitiam, constituíam-se como “uns socialistas ‘sui generis’”, pois, pairavam “no ar”, condição verificável pelo conteúdo dos materiais publicados pela revista onde podia-se perceber “perfeitamente que estão fora do espaço e do tempo”, e assim sendo, “isolados do mundo”. Sendo que, para Facó, com a pretensão de ficarem entre “dois fogos – os dos dogmáticos e o dos revisionistas”, estes “moços” não deixavam de apresentar seus próprios dogmatismos e sectarismo, perceptível pela posição assumida diante da luta anti-imperialista (FACÓ, 1959: 9).

Sendo assim, em busca de um “socialismo caído do céu, feito de uma só peça, inteiriço”, estes “rapazes do ‘Movimento Socialista’”, repetiam chavões e palavras de ordem que só serviam para desorientar o trabalhador que, se empenhasse em buscar um caminho de classe delineado na revista, não encontraria “qualquer caminho ou mesmo [...] alguma vereda que o oriente em sua luta” (FACÓ, 1959: 9).

Por fim, Facó questionava a honestidade da argumentação dos “rapazes” da revista ao citarem e confrontarem as ideias dos pecebistas, e o seu “ultra-revolucionarismo”, que tratando-se de “pessoas bem postas, com bons empregos em empresas capitalistas, inclusive em grandes jornais burgueses reacionários”, ocupavam posições cômodas para assumirem sua postura de “revolucionários intransigentes”, mas cautelosos, visto a opção pelo uso de pseudônimos, “não porque exista no país uma situação que os force a tal, mas para não perderem os gordos vencimentos que lhes dão tanto ânimo combativo” (FACÓ, 1959: 9).

A crítica de Facó ainda recebeu resposta no próximo e último número da revista. O texto em questão – de autoria de Ruy Mauro Marini (sempre assinado sob o pseudônimo de Agripino Soares Thomás) – basicamente defendia a “atualidade do *Manifesto Comunista*” escrito por Marx e Engels no século XIX, para insistir, junto a outros textos dos pais do

marxismo, como contraponto teórico a tese preconizada pelo PCB de aliança com a burguesia nacional e adesão estratégica ao movimento nacionalista. Ratificando, no mesmo tom, as críticas já antes formulada pelo primeiro número da revista, e que estimularam a resposta do PCB.

Só um ingênuo ignora a presença das forças nacionalistas burguesas. Mas é preciso acrescentar que só um renegado ignora, omite, sufoca e combate as posições próprias específicas, de classe, dos trabalhadores, sob o pretexto refinadamente falso de que é preciso subordinar todas as esferas da luta de classe em holocausto a uma aliança com a burguesia, numa justificação teórica do pior dos reboquismos. A essa ‘ingenuidade’ nos recusamos nós, de ‘Movimento Socialista’ (THOMÁS, 1959b: 22).

Certamente que os objetivos da revista eram bastante audaciosos, pois acreditando ser necessário principiar a conscientização dos militantes marxistas e da classe operária, deformada politicamente pela agência do PCB, propunha a construção de um caminho alternativo à tradição pecebista, até então força majoritária do campo do marxismo brasileiro, e não alinhada ao já existente leito trotskista. Aproveitando-se das renovações que incidiam sobre o campo marxista brasileiro, a revista tornou-se um elo importante para a junção de inúmeros intelectuais e militantes marxistas contrários ao reformismo, ao nacionalismo e à ideologia do desenvolvimentismo, servindo como espaço de elaboração e de aproximação de posições políticas que, poucos anos depois, apareceriam organizadas na forma-partido.

A revista *Movimento Socialista* acabou por ser um experimento fugaz de apenas duas publicações, mas os laços atados em torno da sua feitura constituíram os traços iniciais que a tornaram um espaço de formatação ideológica e definição política responsável pela aproximação de um conjunto disperso de militantes marxistas críticos do stalinismo e nacional-reformismo pecebista e insatisfeitos com os caminhos do movimento trotskista, promovendo, poucos anos depois, o primeiro passo organizativo para a alternativa revolucionária que seria matriz de uma nova concepção marxista no país, a saber a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária, ou simplesmente, POLOP.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, L. A. M. Notas sobre a POLOP e Eric Sachs. *Revista Espaço Acadêmico*, Ano XVI, n. 188, janeiro/2017.

BENEVIDES, M. V. de M. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CARONE, E. *O PCB – 1943-1964*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982.

LEAL, L. P. *Política Operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira*. Dissertação de Mestrado de História. UFF. Niterói, 1992.

LEAL, M. *À esquerda da esquerda*. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LUCE, M. S. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital*. A História de uma categoria. Tese de doutorado em história na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2011.

OLIVEIRA, J. A. de. *POLOP: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UNESP. Araraquara, 2007.

SANTOS, R. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

STOTZ, E. Notas a respeito de Érico Sachs como periodista internacional no Correio da Manhã (1949-1951). In: PAIVA, S. *Érico Sachs/Ernesto Martins um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil*. Salvador: CVM, 2016.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. 1ª Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Referências documentais

Editorial: As razões e a missão do “Movimento Socialista”. *Revista Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 1, julho de 1959a.

Editorial: *Tendências Estadonovistas na Política Nacional*. *Revista Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 2, dezembro de 1959b.

FACÓ, R. MOVIMENTO SOCIALISTA...Para trás. *Novos Rumos*, 28 de agosto a 03 de setembro de 1959, n. 27.

MARTINS, E. Tendências da Política Internacional. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 2, dezembro de 1959.

MENDES, E. Marxismo ou Apologética Nacionalista. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 1, julho de 1959a.

MENDES, E. Luiz Carlos Prestes e seus aliados. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 2, dezembro de 1959b.

SINGER, P. Esboço de uma Análise Marxista do Nacionalismo. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 2, dezembro de 1959.

THOMÁS, A. S.. Verso e reverso do desenvolvimento. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 1, julho de 1959a.

THOMÁS, A. S. Atualidade do manifesto comunista. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 2, dezembro de 1959b.

VIDAL, L. A revolução brasileira. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 1, julho de 1959a.

VIDAL, L. Nacionalização e Socialização. Revista *Movimento Socialista*. Rio de Janeiro, n. 2, dezembro de 1959b.

Recebido em: 30 de outubro de 2019

Aceito em: 12 de fevereiro de 2020